

**Moção**  
**COMBATER A EXPLORAÇÃO E O EMPOBRECIMENTO**

Considerando que:

A situação do país é dramática. Portugal enfrenta, no actual contexto de aprofundamento das políticas neoliberais da União Europeia, um desafio inadiável: libertar-se do programa de agressão imposto aos trabalhadores, ao povo e ao país, renegociar a dívida pública, aumentar a produção nacional e traçar um novo rumo, de progresso económico e social que assente na Soberania Nacional, respeite os valores de Abril e cumpra a Constituição da República.

Se confirmam todas as previsões e alertas, as políticas ditas de austeridade, determinadas pelo capital económico e financeiro e num quadro de submissão à ingerência estrangeira, e que não só não resolveram os problemas económicos e sociais que a política de direita criou ao longo dos anos, como foram agravadas pelo actual Governo do PSD/CDS-PP, colocando Portugal numa situação de insustentabilidade económica, financeira, social e demográfica.

O desemprego, que tinha aumentado significativamente no período dos PEC's, mantém-se como um problema central, com 465 mil postos de trabalho destruídos, só no período de aplicação do programa de agressão, tendo a taxa de desemprego passado de 10,8%, em 2010 para 16,3%, em 2013. Nos jovens a situação é ainda pior, uma vez que, no mesmo período, a taxa de desemprego passou de 22,4% para 37,7%. Verifica-se, por outro lado, que o desemprego, aliado à baixa dos salários, está a ter um efeito devastador, com a saída do país de jovens com elevadas habilitações e de trabalhadores qualificados.

A emigração abrangeu mais de 220 mil pessoas, em 2011-2012, dos quais 43% a título permanente, o que contribuiu para amortecer os efeitos da perda de empregos, mas não esconde os impactos negativos que tal volume de emigração tem, nomeadamente, sobre a capacidade produtiva do país, o envelhecimento da população e sobre a base de financiamento do sistema de segurança social.

Os problemas do emprego não se resolvem com paliativos ou programas de propaganda, como aqueles que o governo anunciou recentemente. Muito menos com a teimosia em aprovar novas regras para facilitar os despedimentos por extinção do posto de trabalho, que persistem nas inconstitucionalidades declaradas pelo Tribunal Constitucional, pois continuam a violar os princípios constitucionais da segurança no emprego e da proibição dos despedimentos sem justa causa.

A redução salarial que, de forma directa e indirecta, vem sendo efectuada (congelamento do salário mínimo, cortes salariais na Administração Pública, bloqueios na contratação colectiva e recusa em emitir portarias de extensão dos acordos efectuados, aumento da duração do trabalho na Administração Pública, queda dos salários nas novas contratações, etc.) tem sido agravada por outras medidas, com destaque para o aumento brutal do IRS e a aceleração da desigualdade na distribuição do rendimento, observando-se uma quebra rápida e acentuada da parte dos rendimentos do trabalho no PIB, que passou de 49,2%, em 2009,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
LISBOA  
Grupo Municipal do PCP

para 46,6%, em 2013. Os cortes, e os impostos, ao incidirem também nas pensões dos reformados e pensionistas, alguns com carácter permanente, provocam o empobrecimento generalizado das famílias, lançando muitos milhares de portugueses na pobreza extrema e na exclusão social.

Os pensionistas e reformados em geral, e os aposentados da CGA, em particular, têm sido um dos alvos favoritos das políticas postas em prática pelos últimos governos e aprofundadas pelo actual. Na sua fúria destruidora de direitos, têm sido permanentes os ataques quer às suas condições de vida, quer à dignidade e ao respeito que lhes são devidos após uma vida inteira de trabalho, em que contribuíram de uma forma objectiva para a construção de uma sociedade democrática.

No campo da saúde, os cortes atingem 300 milhões, só este ano, que irão agravar uma situação que já antes era má. O acesso aos cuidados de saúde é ainda dificultado pelo aumento das taxas moderadoras, do custo com as deslocações por motivos médicos, dos custos dos meios complementares de diagnóstico e da redução da comparticipação no preço dos medicamentos.

O direito à educação é cada vez mais ilusório, com um claro desinvestimento e cortes efectuados desde 2010, agora também brutalmente agravados com o Orçamento do Estado para 2014, que irá criar dificuldades ainda maiores ao funcionamento do sistema educativo, a par dos cortes na atribuição de bolsas de formação, que levou a que 38% dos jovens tivessem de abandonar os estudos, por incapacidade financeira, e das restrições ao financiamento da ciência, dos centros de investigação e de projectos científicos.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida em sessão extraordinária no dia 08 de Abril de 2014, delibere:

- Saudar a luta dos trabalhadores dos sectores privado, público e empresarial do Estado que com grande determinação têm enfrentado a ofensiva do patronato e do Governo, realizando numerosas lutas e, dessa forma, têm alcançado vitórias importantes nos locais de trabalho, quer quanto aos salários e à manutenção dos direitos e da contratação colectiva, quer na defesa dos horários de trabalho, de que é exemplo a extraordinária luta dos trabalhadores da administração pública pelas 35 horas semanais, em particular os inúmeros acordos já estabelecidos em autarquias de todo o país, quer, ainda, impedindo com a sua luta, que as consequências da política de direita não fossem mais graves;
- Saudar os jovens pela sua luta e combate em defesa do emprego, contra a precariedade, contra as discriminações e as desigualdade, pelos direitos laborais e sociais dos jovens trabalhadores;
- Saudar as lutas que têm sido travadas pelos reformados e aposentados contra as políticas anti-sociais que lhes têm sido impostas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
LISBOA  
Grupo Municipal do PCP

- Encarregar a 6ª Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania de proceder ao acompanhamento e monitorização da evolução da situação social na cidade de Lisboa, com a correspondente informação e propostas à Assembleia Municipal.
- Enviar esta Moção para:
  - 1º Ministro
  - Grupos Parlamentares
  - CGTP-IN
  - InterJovem
  - Inter- Reformados
  - MURPI

A Deputada Municipal do PCP

*Deolinda Carvalho Machado*

- Deolinda Machado -